

BIBLIOTECA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

LINHA DO TEMPO

1992

-
- ✚ Lei 8.472, de 4 de outubro de 1992, criação do Centro de Estudos Judiciários.

1993

-
- ✚ Publicação da Resolução n. 75, de 08 de fevereiro de 1993 com a estrutura organizacional do Conselho da Justiça Federal contendo a Biblioteca como unidade da Subdiretoria Executiva de Estudos, Pesquisa e Informação. Dividia-se em Gerência de Processamento Técnico, Gerência de Atendimento dos Usuários e Gerência de Arquivo
 - ✚ Iniciada a formação do acervo com a doação de livros do extinto Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).
 - ✚ Quadro inicial de servidores composto por dois técnicos judiciários e três bibliotecários, sendo um requisitado do TRF 1ª Região e os demais terceirizados.
 - ✚ Implantação do Sistema de Automação de Bibliotecas (SABIA), desenvolvido pelos analistas de sistemas do próprio Conselho a época a biblioteca contava com cerca de 2.800 exemplares de livros e 12 títulos de periódicos.
 - ✚ Instituído o Sistema de Informação Documental da Justiça Federal (JUSDATA), por meio da Resolução n. 81, de 15 de abril de 1993, prevendo o estabelecimento de diretrizes e normas para o tratamento da informação documental no âmbito da Justiça Federal; a padronização de instrumentos e metodologias de tratamento da informação bibliográfica, arquivística e jurisprudencial; o acompanhamento e a avaliação da execução de serviços e produtos de informação documental; e a definição, a nível de operacionalização, das atividades dos órgãos componentes do sistema.
 - ✚ Baseado nos propósitos do Sistema de Informação Documental da Justiça Federal (JUSDATA) criou-se o grupo de trabalho JUSDATA (jusdata@cjf.jus.br) para auxílio às atividades desenvolvidas pelas Bibliotecas da Justiça Federal.
 - ✚ Criação do Tesouro Jurídico da Justiça Federal com a finalidade de padronizar a linguagem das ementas e complementar os assuntos relevantes do inteiro teor dos acórdãos.

1995

-
- ✚ Criação da Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU – com o aumento vertiginoso das solicitações de pesquisa, surgiu a necessidade de direcionamento do atendimento da Biblioteca aos magistrados federais, criando assim um canal de interação exclusivo para estes usuários.

- ✚ A Biblioteca passa a integrar o Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação (Prossiga) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, cujo objetivo consiste em promover a criação e o uso de serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias do Governo Federal, assim como estimular o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas.

1997

- ✚ A Biblioteca é convidada a participar do Programa de Bibliotecas Virtuais Temáticas, composto de coleções referenciais que reuniam e organizavam informações, presentes na Internet, sobre determinadas áreas do conhecimento. O convite foi para alimentar a base com documentação jurídica. A Biblioteca entrava, assim, na era digital.

1998

- ✚ Elaboração de 33 extensas bibliografias sobre temas jurídicos, para suporte às atividades do Curso de especialização em direito penal e, para publicação, Bibliografia sobre direito comunitário e Bibliografia sobre direito do consumidor, a serem distribuídas em cd-rom.
- ✚ Elaboração do Catálogo da videoteca, volume 2, em setembro de 1998.
- ✚ Elaboração do primeiro numero INFOBIB – Informativo da Biblioteca, boletim de circulação interna, cuja finalidade era divulgar as novas aquisições aos servidores do CJF.
- ✚ Atualização do Tesouro jurídico, instrumento de controle terminológico para as bases de dados de informação jurídica, abrangendo todos os ramos do direito de competência do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Federal, desenvolvido pela Comissão Técnica de Jurisprudência e gerenciado pela SPD, com base na terminologia jurídica utilizada na jurisprudência e em códigos. Em 1998, 591 termos jurídicos e suas relações associativas, hierárquicas e categorias foram adicionados, perfazendo um total de 7.572 termos, permanentemente atualizados e disponíveis em papel, via RENPAC e Internet.
- ✚ A Biblioteca Jurídica Virtual do Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa – Prossiga do CNPq já conta com 1.014 sites.
- ✚ Apresentação da Biblioteca Jurídica Virtual no 1º Seminário da Rede de Bibliotecas Virtuais do PROSSIGA/CNPq, em 10 de setembro de 1998, no Rio de Janeiro.
- ✚ Apresentação da Biblioteca Jurídica Virtual no 1º Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética – 1º CIBERÉTICA, em 20 de novembro de 1998, em Florianópolis.

- ✚ Visitas técnicas as Bibliotecas da Universidade Paulista – UNESP e Faculdade de Direito de São Paulo com vistas à análise do aplicativo utilizado na automação da Biblioteca, para subsidiar o processo de seleção de aplicativos de bibliotecas da Justiça Federal.

1999

- ✚ Para atender aos novos avanços tecnológicos, foi lançado edital de licitação com vistas à aquisição de novo software para a Biblioteca. A empresa vencedora foi a Via Ápia Informática com o Sistema Thesaurus
- ✚ Criação de 03 cargos de Analista Judiciário – Área apoio especializado Biblioteconomia no quadro do Conselho, até então os Bibliotecários eram todos requisitados ou terceirizados.
- ✚ Criação da base de Atos Normativos da Justiça Federal, em atendimento as solicitações dos magistrados. Foram disponibilizadas na internet as referencias e o inteiro teor das resoluções do CJF, complementando trabalho iniciado em 1999, com a coleta e digitalização dos atos normativos dos TRFs e CJF. Dados relativos à publicação, alteração e revogação de cada ato foram inseridos para facilitar a consulta.
- ✚ Lançado o Projeto Memória da Justiça Federal. A biblioteca passa a registrar em bases de dados, a produção doutrinária dos magistrados federais e os documentos oficiais editados pelas instituições da Justiça Federal. O registro dos conhecimentos daqueles que integram ou integraram a Justiça Federal é uma ação de gestão do conhecimento que possibilita o resgate das contribuições individuais à história da Justiça Federal e o compartilhamento de conhecimentos.

2000

- ✚ Com a reestruturação aprovada pela Resolução n. 222, de 4 de agosto de 2000, são nomeadas e tomam posse as servidoras Ana Patrícia Ferreira, Flavia Macedo e Roseane Pessoa, primeiras bibliotecárias a compor o quadro efetivo do Conselho da Justiça Federal.
- ✚ Reunião de Bibliotecários da Justiça Federal para planificação do funcionamento da rede de bibliotecas da Justiça Federal e da base de dados cooperativa do JUSDATA, realizada durante o XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Porto Alegre.
- ✚ Portaria n. 118, de 3 de novembro de 2002, aprova o regulamento da Divisão de Informação Documental e Pesquisas da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídica do Centro de Estudos Judiciários, do Conselho da Justiça Federal.
- ✚ Realizada a migração da base de dados da Biblioteca do CEJ para o software Thesaurus.

2001

- ✚ Adesão da Biblioteca ao Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT,

para solicitar cópias de teses e dissertações defendidas no Brasil e cópias de artigos de periódicos nacionais e internacionais disponíveis nos acervos das Bibliotecas brasileiras participantes.

- ✚ Inscrição das bibliotecas da Justiça Federal no Programa Bibliotecas do FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Esse programa do Ministério da Ciência e Tecnologia visava implantar, disponibilizar e manter equipamentos e terminais para utilização de serviços de redes digitais de informação destinados ao acesso público. As instituições que se interessavam em participar do programa, recebiam microcomputadores, impressoras e *scanners*, além de terem acesso gratuito à internet e aos catálogos de outras bibliotecas.
- ✚ Oferecido o Curso *online* de Indexação para os Profissionais Bibliotecários da Justiça Federal, sendo aberto também para outros órgãos do Poder Judiciário. O curso foi realizado pela Secretaria de Ensino sob a coordenação da Secretaria de Pesquisas e Informações.
- ✚ A Biblioteca Jurídica Virtual recebeu 8.602 vistas por mês, e é a segunda em número de visitas pelos internautas. A satisfação dos usuários ficou registrada no livro de visitas da BJV.
- ✚ Foram incorporados 37 novos títulos de vídeos jurídicos, que fizeram parte da nova edição do catálogo elaborado para divulgação da Série Temática de Jurisprudência em cd-rom.
- ✚ O catálogo da Videoteca é disponibilizado na internet.

2002

-
- ✚ Portaria n. 19/2002, altera a estrutura da Divisão de Informação Documental que passa a ser composta pela Seção de Serviços e Produtos de Informação, Seção de Desenvolvimento de Bases de Dados e a Central de Atendimento ao Juiz Federal.
 - ✚ Criação do Boletim de Novas Aquisições divulgado na página da Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU) apresentando os livros nacionais e estrangeiros incorporados ao acervo da Biblioteca do CEJ, classificados por assunto. Permite a solicitação por *e-mail* de empréstimo das obras, e disponibiliza um formulário de sugestão para que os magistrados possam sugerir a aquisição de livros de novos livros para compor o acervo.
 - ✚ Criação dos Sumários Correntes de Periódicos que visa ao aprimoramento do acesso a novas informações doutrinárias, por meio da divulgação de textos publicados nos principais periódicos jurídicos nacionais e estrangeiros constantes do acervo da Biblioteca.
 - ✚ Portaria n. 118, de 3 de novembro de 2002, aprova o regulamento da Divisão de Informação Documental e Pesquisas da Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídica do Centro de Estudos Judiciários, do Conselho da Justiça Federal.

- ✚ Oferecido o Curso de Atualização em AACR-2 para os Profissionais Bibliotecários da Justiça Federal. O curso foi realizado pela Secretaria de Ensino sob a coordenação da Secretaria de Pesquisas e Informações.
- ✚ O fórum JUSDTA passa a funcionar como um canal de comunicação por e-mail entre as bibliotecas da rede, para discutir todas as questões relacionadas ao Sistema Thesaurus, como problemas e sugestões de melhoria, troca de arquivos de relatórios, entre outros.

2003

-
- ✚ Iniciam-se as obras para reforma do espaço da Biblioteca.
 - ✚ Publicação das bibliografias destinadas a subsidiar os trabalhos da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal e outra sobre a administração da justiça.

2004

-
- ✚ reinauguração do espaço da Biblioteca, ainda na antiga sede da W3 Norte, em 31 de março de 2004, com a presença do Ministro Presidente Nilson Naves, os servidores do órgão e demais convidados. A área destinada a Biblioteca era de 800m², com amplo salão para o acervo bibliográfico, para as salas de trabalho, mesas de estudo, enfim para atender com mais conforto os servidores e usuários externos. Havia, ainda, um espaço especial, um auditório destinado aos projetos culturais, onde aconteciam apresentações musicais, projeção de filmes e outras atividades de entretenimento e integração dos servidores.
 - ✚ Resolução n. 384, de 5 de julho de 2004, que dispõe sobre a aquisição, classificação patrimonial e controle de obras bibliográficas no âmbito do Conselho da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
 - ✚ Adesão da Biblioteca ao programa internacional de comutação bibliográfica da British Library, para solicitação de cópias de artigos de periódicos, capítulos de livros, teses e dissertações estrangeiras.
 - ✚ A Biblioteca recebeu por doação do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) uma coleção de aproximadamente 1.200 livros, considerados como obras valiosas, datadas dos séculos XVIII e XIX até o início de século XX.
 - ✚ Lançamento do Projeto Quartas Culturais que pretende promover a inclusão de programas culturais e educativos nas atividades da Biblioteca visando o entretenimento, a difusão do acervo bibliográfico e documental e a otimização da utilização do auditório da Biblioteca.

2005

-
- ✚ Resolução n. 420, de 8 de março de 2005, altera os artigos 3º e 5º da Resolução n. 384, de 5 de julho de 2004, dispõe sobre a aquisição, classificação patrimonial e controle de obras bibliográficas no âmbito do Conselho da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

- ✚ A Biblioteca recebeu por doação do Ministério da Justiça uma coleção de aproximadamente 200 livros estrangeiros de Direito, considerados valiosos por datarem do final do século XIX.
- ✚ Elaborada a Bibliografia da Justiça Federal com toda a produção doutrinária dos magistrados federais brasileiros, disponibilizada no Portal da Justiça Federal.

2007

- ✚ Lançamento do Banco de Soluções de Qualidade do Judiciário – Jusqualitas com vistas a implementar a gestão das informações e do Conhecimento como parte do processo de fortalecimento da governança na Justiça Federal. O projeto teve como objetivo disponibilizar informações estratégicas sobre soluções, projetos, sistemas, melhores práticas e experiências de melhoria organizacional, implantados ou em desenvolvimento adotadas para a resolução de problemas que afetam o funcionamento da Justiça Federal.
- ✚ Lançado o primeiro número do Boletim de Informações Gerenciais – BIGJus, uma newsletter distribuída aos servidores e magistrados da Justiça Federal, com temas voltados ao aperfeiçoamento gerencial com vistas a dar suporte às atividades da administração judiciária.

2008

- ✚ Criação do Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal que é uma nova ferramenta de gestão do conhecimento para disseminação da informação e para a preservação do conhecimento institucional, visando reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos administrativos e doutrinários produzidos pelo CJF, bem como a outros documentos de relevância para a instituição, embora não tenham sido produzidos por ela, com a finalidade de ampliar o uso desses recursos. Os documentos digitais que integram o Repositório são alimentados pelas unidades administrativas do CJF, contém texto, imagem, vídeo e áudio e, em sua maioria, são de acesso livre.
- ✚ Aquisição da assinatura da 1ª base de dados jurídica com acesso *online*, Legal Collection da EBSCO, dando início à virtualização do acervo da Biblioteca do CJF.
- ✚ Reformulação da Biblioteca Jurídica Virtual que passa a disponibilizar o texto integral de artigos de periódicos jurídicos gratuitos da Internet.
- ✚ I Encontro de Profissionais da Informação da Justiça Federal.

2009

- ✚ Inicia-se o processo de troca e/ou inclusão das assinaturas eletrônicas. Os endereços dos periódicos eletrônicos com as senhas de acesso são disponibilizados no Sistema Caju.

- ✚ Aquisição de diversos títulos de periódicos estrangeiros impressos e eletrônicos constantes da bibliografia do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa – PPGJA da Universidade Federal Fluminense, RJ.

2010

- ✚ Aquisição da HeinOnline, base de dados com o texto integral de centenas de periódicos.
- ✚ Mudança para a nova sede do CJF e a biblioteca, com o acervo armazenado em caixas, passar a atender os servidores e magistrados federais somente com as assinaturas eletrônicas e contando com o intercâmbio entre as Bibliotecas de Brasília no atendimento de cópias de capítulos de livros e artigos de periódicos.

2011

- ✚ Aquisição da base de livros eletrônicos estrangeiros Ebrary.
- ✚ Ainda com o acervo armazenado, aguardando liberação do espaço destinado à Biblioteca na nova sede do CJF, continua atendendo através do empréstimo interbibliotecário e agora também com as obras adquiridas desde agosto/2010.
- ✚ Elaboração e publicação da Bibliografia sobre Direito do Consumidor.
- ✚ Liberado o espaço, começam as reformas.

2012

- ✚ Inauguração das novas instalações da Biblioteca.

2013

- ✚ II Encontro de Profissionais da Informação da Justiça Federal, com propósito de compartilhar recursos, serviços e informações no âmbito de atuação das Bibliotecas da Justiça Federal, propor a atualização da base de dados bibliográfica, estabelecer a padronização, a disseminação de serviços e informações.
- ✚ Deu-se início a um novo processo de aquisição de software para o gerenciamento e a automação de rotinas e serviços para as Bibliotecas da Justiça Federal.
- ✚ Novas bases de dados nacionais foram incorporadas: a Biblioteca Digital Fórum de Livros e a Biblioteca Digital de Direito.

2014

- ✚ Aquisição Sistema *Pergamum* para o gerenciamento e automação de rotinas e serviços bibliotecários para as Bibliotecas do Tribunal Regional Federal da 3. Região, do Tribunal Regional Federal da 5. Região, das Seções Judiciárias e São Paulo, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

- ✚ Reunião com as diretoras das Bibliotecas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para estudos e análise da parametrização e integração das bases de dados bibliográficas das Bibliotecas da Justiça Federal, que utilizam o sistema de automação de biblioteca *Pergamum* desde 2008.
- ✚ Diagnóstico com aplicação dos questionários: Administração, Acervo e sistema e Processamento e Circulação.
- ✚ Reunião com a Biblioteca da Procuradoria da República para verificar informações relativas a adesão à Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional – RVBI.
- ✚ Treinamento da base *e-brary* com integrantes da CAJU e da Biblioteca.
- ✚ Ação de disseminação em Arquitetura da Informação (AI) e usabilidade em projetos digitais, juntamente com a Coordenadoria de Editoração, para auxiliar os servidores dos Centros de Estudos Judiciários (CEJ) na reestruturação do Portal do CEJ.
- ✚ Treinamento do sistema *Pergamum*, com a participação de 20 bibliotecários da Justiça Federal da 3. Região, 5. Região e do Conselho da Justiça Federal.
- ✚ Reestruturação dos arquivos da Secretaria do Centro de Estudos (SCE).
- ✚ Proposta de alterações necessárias para melhorias no portal da Biblioteca. Esta atividade está em fase de execução pelo responsável em alterações no portal. Ressaltamos que a proposta foi devidamente verificada pela SUINF e realizada as correções ortográficas pela COEDI.
- ✚ Visita técnica do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACOR), do Superior Tribunal de Justiça, para auxiliar no diagnóstico, avaliação atividades de higienização e conservação preventiva do acervo de obras raras.
- ✚ Avaliação obras passíveis de descarte, a necessidade de reclassificação para material de consumo, a avaliação das obras deve considerar tanto a relevância do conteúdo e os requisitos de obsolescência, como a desatualização, as condições físicas e a duplicidade. Esta avaliação é parte integrante do desenvolvimento contínuo do acervo, e está prevista no Art. 2º, § 4, da Resolução n. 384, de 5 de julho de 2004.
- ✚ Conclusão do inventário com a proposição da informação ANE2014/4 à Comissão Especial de Avaliação, Incorporação, Descarte e Baixa de Materiais Bibliográficos.

2015

- ✚ Estruturação do Cronograma de homologação com as atividades para verificação da migração do Sistema Pergamum, orientação para conferência das bases e para abertura de chamados de atendimentos ao suporte técnico.
- ✚ Levantamento sobre Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas da Justiça Federal e demais bibliotecas jurídicas.

- ✚ Permuta com a Biblioteca do CEJ de Lisboa, Portugal.
- ✚ Lançamento do informativo DOU Informe diariamente ao grupo Jusdata, com o propósito das Bibliotecas repassar para as unidades administrativas, magistrados federais e servidores da Justiça Federal.
- ✚ Participação no Encontro dos Profissionais da Informação do TRF da 1. Região.
- ✚ Reunião com o Secretário de Documentação do STF para verificar a possibilidade de higienização das obras raras Coleção Dario Magalhães.
- ✚ A Biblioteca do Conselho da Justiça Federal foi homenageada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, por ocasião da comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão de Bibliotecário.
- ✚ No dia 17 de agosto de 2015, em sessão solene realizada na Câmara dos Deputados, foi conferido o **Diploma de Reconhecimento** pelos relevantes serviços prestados em prol da sociedade brasileira, serviços estes expressos no desempenho de suas funções de forma transversal e integrada com as Bibliotecas da Justiça Federal, que, ao facilitarem aos juízes federais o acesso às informações jurídicas necessárias à função judicante, contribuem para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.
- ✚ A Biblioteca do Conselho da Justiça Federal e as Bibliotecas da Justiça Federal da 3. e da 5. Região solicitaram o Código MARC registrado pela Libray of Congress.
- ✚ No dia 28 de outubro em comemoração à Semana da Biblioteca e ao Dia do Servidor a Biblioteca do Conselho em parceria com a Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 3. Região organizou para os bibliotecários da Justiça Federal a videoconferência Coaching para atuação do profissional da informação, com a especialista Adriana Souza.
- ✚ Organização em parceria com a Biblioteca da Câmara dos Deputados da palestra: *Referências bibliográficas para documentação jurídica – proposta para a ABNT*, para sensibilizar os bibliotecários jurídicos a fortalecer os grupos de trabalhos, atuar como observatório permanente das necessidades de atualização da NBR6023 e promover a divulgação da norma para o entendimento sobre as vantagens da correta referência dos documentos jurídicos, especialmente a legislação e a jurisprudência.
- ✚ Divulgação do informativo DOU Informe por meio da matéria Informativo DOU Informe passa a ser divulgado também no site do CJF e disponibilização no Portal do CJF, estes procedimentos possibilitaram a inclusão de novos nomes na lista usuários para envio por e-mail, conseqüentemente, a atualização da lista DOU Informe.
- ✚ O espaço destinado ao acervo bibliográfico da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal foi cedido provisoriamente para abrigar parte do arquivo do Superior Tribunal de Justiça – STJ que se encontra em reforma. A previsão de cessão do espaço para o período de 8 meses, optou-se por acondicionar em caixas a coleção de periódicos, a coleção de obras raras, a coleção Dario Magalhães, coleção de multimeios e parte do acervo bibliográfico, mantendo disponível para pesquisa cerca de 80% das obras.

- ✚ A área da Biblioteca destinada para eventos e exposições, espaço virtual, sala de reunião com equipamento de videoconferência e as quatro salas de estudo em grupo, foi temporariamente alterada para comportar o acervo bibliográfico, permanecendo inalterado o espaço do auditório com 45 lugares.
- ✚ Retorno do espaço da biblioteca pelo STJ no dia 18 de dezembro de 2015, e dado início ao processo de higienização para realocação do material bibliográfico.
- ✚ Apresentação das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Biblioteca ao Ministro Og Fernandes.
- ✚ Em 2015 a Coordenadoria de Biblioteca intensificou a aplicação e uso da estatística referente as principais atividades desenvolvidas pela unidade.

2016

- ✚ Reorganização do acervo durante os meses de janeiro e fevereiro.
- ✚ Organização da videoconferência em comemoração à semana da Biblioteca e do Dia do Servidor – 26/10/2016, tendo como pautas: Gestão do Conhecimento no âmbito do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região, apresentado pela Diretora da Biblioteca TRF1 – Márcia Mazo; e Comitê CBDJ: Comitê de estudos para a reativação da Comissão Brasileira de Documentação Jurídica (CBDJ), apresentada por Edilenice Passos.
- ✚ Videoconferência para o Grupo Jusdata, sob a orientação de Marília Melo (TRF1 – Biblioteca) e Maria Aparecida de Assis Marks (CJF), com o tema (Re)Elaborando a pesquisa jurídica, tendo como parte do processo de educação continuada, a simulação de exercícios práticos contendo instruções aos participantes, com o intuito de alcançar os melhores resultados nas pesquisas jurídicas, além de proporcionar aos bibliotecários da Justiça Federal um momento de transferência mútua de conhecimento e aprendizado.
- ✚ Apresentação dos serviços e produtos da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal aos juízes federais substitutos participantes do Curso de Formação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, dia 14 de novembro de 2016.
- ✚ A Coordenadoria propôs aos integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CJF-POR-2016/00251, o relatório com as desconformidades do Repositório Digital e as proposições de aperfeiçoamento da ferramenta.
- ✚ Proposição de Termo de Referência para contratar serviços de capacitação, migração, revisão e atualização do Tesouro Jurídico da Justiça Federal.
- ✚ Redistribuição dos títulos de periódicos recebidos pela Biblioteca do Conselho da Justiça Federal, por meio de repositórios autorizados de jurisprudência do STJ, para as Bibliotecas dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), que auxiliarão nos atendimentos as demais Bibliotecas das Seções Judiciárias (SJs).
- ✚ Reunião com a Diretora da Biblioteca do TRF da 1ª Região para tratar assuntos relativos à aquisição de periódicos e bases de dados e ao cenário das bibliotecas da 1ª Região;
- ✚ Avaliação dos periódicos disponibilizados no Sumários CAJU.

- ✚ Elaboração de levantamento com a legislação federal referente a história da Justiça Federal para posterior disponibilização no portal.
- ✚ Reunião no STJ, dia 10/10/16, com as principais bibliotecas jurídicas de Brasília, Câmara, SF, TJDF, TRF1, MPF, AGU, STF, entre outras, para tratar dos preços praticados, de conteúdos e de acessos previstos na contratação da base de dados da RTOline. No estudo comparativo, observamos que a Biblioteca possui contrato favorável em preço, conteúdo e acesso, para atender aos juízes federais e as bibliotecas da Justiça Federal, dentre as instituições que possuem modelo semelhante de contrato com a editora.
- ✚ Disponibilização da versão avaliativa, do módulo Hague Academy Collected Courses Online / Recueil des Cours en Ligne, da HeinOnline.
- ✚ Colaboração firmada com a Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça para viabilizar o cadastro dos servidores da COBIB e da CAJU na BDJur para atender as pesquisas dos juízes federais.

2017

- ✚ A Resolução Nº 440, de 22 de março de 2017 alterou o organograma da Coordenadoria de Biblioteca, por essa nova estruturação, a Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU volta a integrar a Biblioteca, agora denominada Divisão de Biblioteca - DIBIB.
- ✚ Utilização do espaço da Biblioteca para gravações do Programa “Iluminuras”, da TV Justiça do Supremo Tribunal Federal - STF.
- ✚ Implementação da nova página da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal.

O espaço virtual da Biblioteca reúne os principais serviços e produtos desenvolvidos pela unidade, entre eles a CAJU - Central de Atendimento ao Juiz Federal -, onde estão disponibilizados para pesquisa os Enunciados e o InfoCAJU, um informativo eletrônico sobre as decisões do CJF, que atualmente inclui o Informativo do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na nova interface também podem ser acessadas, de forma ordenada, todas as edições do boletim DOUInforme. A publicação, produzida pela Biblioteca, traz os principais assuntos de interesse da Justiça Federal presentes no Diário Oficial da União e nos diários do Poder Judiciário Federal.

A interação com as Bibliotecas da Justiça Federal também foi garantida através do acesso rápido às páginas de cada uma delas. E é esperada para breve a integração em rede para melhor prestar serviços de informações aos juízes federais e aos servidores da Justiça Federal.

- ✚ Apresentação dos serviços e produtos da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal aos juízes federais substitutos participantes do Curso de Formação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no dia 30 de janeiro de 2017.
- ✚ Em maio de 2017 a Divisão de Biblioteca elaborou os estudos preliminares para melhorias do novo sistema CAJU, dentre as novas implementações destacam-se a construção de ambientes distintos para navegação do usuário e do administrador.

O novo menu para o usuário apresenta uma arquitetura da informação otimizada para os serviços e produtos oferecidos aos juízes federais, permitindo mais agilidade e facilidade no acesso.

Os estudos foram direcionados para construir a interface do usuário mais simples e amigável e que não consuma muito tempo e esforço para navegação. Para

isso, deve-se focar no usuário, demonstrar o interesse na sua necessidade informacional, ou seja, entender o processo de busca pela informação e acompanhar o resultado.

- ✚ No dia 17 de outubro, a Diretora da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal e a Diretora da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Isis Alvarenga Almeida, realizaram uma visita técnica na Biblioteca da Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará com o intento de implantar o sistema Pergamum e gerenciamento e automação de rotinas e serviços de informação das bases de dados das Bibliotecas da Justiça Federal.

Durante a visita técnica, a Diretora da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF) providenciou a instalação do sistema, reenviou os e-mails com as orientações iniciais, orientou quanto às providências necessárias para início das atividades, como o cadastro do Código MARC fornecido pela Library of Congress, instruiu quanto à utilização do serviço de atendimento ao cliente e necessidade de leitura dos manuais do sistema Pergamum. Outras ações foram adotadas a fim de obter o resultado de 100% das unidades de informação da Justiça Federal devidamente informatizadas e integradas em rede.

- ✚ A Divisão de Biblioteca auxiliou na conferência aos atos normativos e na elaboração do relatório final com as desconformidades do Repositório Digital e as proposições de aperfeiçoamento da ferramenta, juntamente com os integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CJF-POR-2016/00251. Coube a equipe verificar 182 portarias da Corregedoria, referentes ao período de 2008 a 2016, 420 portarias Ministro Presidente, referentes ao período de 2008 a 2014, e 595 portarias da Secretaria-Geral referentes ao período de 2011 a 2016.
- ✚ A parceria com a Secretaria de Arquitetura e Engenharia proporcionou a elaboração de vários leiautes para atender aos eventos nos espaços da Biblioteca de acordo com o número de participantes dos principais eventos realizados pela Secretaria do Centro de Estudos Judiciários. Os novos formatos facilitarão aos organizadores e poderão melhor atender às solicitações dos órgãos externos.

2018

-
- ✚ A Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários a convite do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) passa a integrar o Comitê Interinstitucional de Cooperação Informacional e Bibliotecária (CICIB).
 - ✚ O acervo digital de jornais e revistas semanais conta com novas publicações como o jornal Valor Econômico e as revistas Época e Carta Capital, sendo o acesso por meio dos aplicativos de leitura disponíveis pelo Google Play ou pela App Store.
 - ✚ Novas bases de dados incluídas foram a vLex que possui mais de 1.000 títulos de e-books e periódicos jurídicos, a Zênite Fácil e a Biblioteca Digital ProView com acesso personalizado, pelo computador ou pelos dispositivos móveis, que permite criar uma biblioteca com livros da Editora Revista dos Tribunais de preferência do magistrado, podendo adicionar notas, comentários, além de configurar a página.
 - ✚ Em junho de 2018, a Biblioteca organizou a videoconferência sobre a técnica ROI, sigla para a expressão em inglês Return over Investment, ou Retorno sobre Investimento, com a instrutora Marília Mello, diretora da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 1. Região, para todos bibliotecários da Justiça Federal.

- ✚ A Biblioteca lança a Ação Valer, com o propósito de estimular o hábito e o prazer pela leitura, promover a troca de livros e valorizar a colaboração nas relações de trabalho, por meio da interação entre magistrados, servidores, terceirizados e estagiários. A Ação Valer significa atrair, provocar, servir, mostrar que vale a pena ler.
- ✚ A Divisão de Biblioteca apoiou expressivamente as ações para implantar o Centro de Memória do Conselho da Justiça Federal e para criar página eletrônica da Memória Virtual da Justiça Federal.
- ✚ Em dezembro realizou-se a reunião com as Diretoras das Bibliotecas dos Tribunais Regionais Federais para tratar a Rede Jusdata, pela manhã na Biblioteca do Tribunal Regional da 3. Região e à tarde na Seção Judiciária de São Paulo. As discussões versam sobre questões de unificação das bases de dados, de comunicação, de sistema de informação e de recursos financeiros. As diretoras participaram da Oficina Design Thinking, no Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de São Paulo, com propósito de imersão nas tratativas relacionadas aos serviços em rede.

2019

-
- ✚ A Resolução Nº 531, de 27 de março de 2019 alterou o organograma da Divisão de Biblioteca, com a nova estrutura orgânica a Seção de Editoração – SEEDIT passa a integrar a Divisão de Biblioteca e Editoração – DIBIE.
 - ✚ A Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF), através da Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU), lança a campanha de divulgação para os juízes federais da base de dados ProView, da editora Revista dos Tribunais, com mais de 700 e-books que podem ser lidos em quaisquer dispositivos.